

## **O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO E A INCLUSÃO ESCOLAR** *THE ROLE OF THE PSYCHOPEDAGOGIST AND SCHOOL INCLUSION*

Janilson dos Santos Abreu- Centro Educa Mais Raimundo Marcelino Campelo

Renata Sousa de Jesus- Creche Mãe Dudu

Lecyanne Machado Mendonça- Centro Educa Mais Raimundo Marcelino Campelo

Jaiara Rayanne Corrêa Costa Pinheiro- Unidade Integrada Raimundo Lázaro Pinheiro

Antônio José Coelho Pinheiro- Unidade Escolar Nossa Senhora da Conceição

### **RESUMO:**

O presente artigo tem a pretensão de investigar o papel do psicopedagogo para favorecer a inclusão escolar das crianças com necessidades especiais. Para tal, foram utilizadas pesquisas em diferentes materiais produzidos por autores renomados na área da inclusão e da psicopedagogia a fim de favorecer o estudo em questão. Pensando numa educação onde todos tem o direito de estar, ser e fazer acontecer seu processo ensino-aprendizagem, é que se pensa na psicopedagogia promovendo o processo de inclusão dos alunos especiais, através de práticas educativas que viabilizem esse objetivo. Nota-se que mesmo hoje, com tantos avanços na área da educação especial, ainda assim, fazem-se necessárias mais mudanças para a inclusão escolar acontecer de fato, onde todos os seus atores assumam o compromisso de educação integral. Diante disso a escola vem buscando se reportar a um currículo adaptado para o atendimento dessa demanda. Diante disso, o papel do psicopedagogo é muito necessário, no intuito de favorecer a função da escola de incluir, oferecendo educação de qualidade para todos, orientando o aluno, a escola e a família no rompimento das barreiras conceituais à respeito da inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Inclusão. Psicopedagogo. Aprendizagem

### **ABSTRACT:**

The present article aims to investigate the role of the psychopedagogue in promoting the school inclusion of children with special needs. To this end, research was conducted using various materials produced by renowned authors in the fields of inclusion and psychopedagogy to facilitate the study in question. With the belief that everyone has the right to be, to exist, and to make their teaching-learning process happen, psychopedagogy is considered as a means of promoting the inclusion of special students through educational practices that enable this objective. It is noted that even today, with so many advances in the field of special education, more changes are still necessary for school inclusion to truly happen, where all its actors assume the commitment to comprehensive education. In light of this, the school has been seeking to refer to an adapted curriculum to meet this demand. Consequently, the role of the psychopedagogue is very necessary, with the intention of enhancing the school's function to include, offering quality education for all, guiding the student, the school, and the family in breaking down conceptual barriers regarding school inclusion.

**Keywords:** Inclusion. Psychopedagogue. Learning.

## 1. INTRODUÇÃO

Atuando no campo do tratamento terapêutico, preventivo e promovendo as intervenções necessárias para que o processo ensino-aprendizagem seja de qualidade, o psicopedagogo tem uma vasta área de atuação, pois além de todos esses campos, ele ainda busca diferentes ferramentas que auxiliem no aprendizado dos alunos, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não.

Através da inclusão, busca-se hoje, modificar a visão sobre a concepção assistencialista que se tinha sobre os alunos com necessidades especiais, possibilitando que esse educando se desenvolva integralmente, tornando o sua aprendizagem um processo qualitativo.

Nesse intuito, esse estudo propõe discutir a importância do psicopedagogo na promoção da educação inclusiva no contexto escolar de forma efetiva, oferecendo boas práticas pedagógicas para tais alunos, dissipando o preconceito que envolve essa questão para dessa forma, oferecer educação de qualidade a todos os sujeitos, ajudando-os a ser mais críticos e participativos.

A justificativa desse artigo está ligada ao fato de querer aprofundar no estudo do papel do psicopedagogo diante da inclusão escolar das crianças com necessidades especiais. Através do auxílio necessário ao corpo docente para perceber que a escola é um espaço diverso, amplo e que sua riqueza está justamente nessa diversidade de classes sociais, gêneros, etnias, raças, credos, valores, culturas, histórias de vida e que é a partir daí, que os alunos realizam a construção do seu conhecimento, isso de diferentes formas, ritmos e tempos.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 A INSERÇÃO DO PSICOPEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO NA ESCOLA

A história da psicopedagogia no nosso país e está relacionada diretamente ao desenvolvimento e aprendizagem do psíquico atuando interdisciplinarmente com foco na compreensão e intervenção no processo de aprendizagem do educando. Essa profissão teve início no Brasil a partir da década de 70, com influência pelas teorias psicopedagógicas e suas práticas desenvolvidas na Argentina, por Jorge Visca (WEISS, 2012).

Diante disso, os profissionais da educação veem na escola um ambiente privilegiado para a informação, o saber os conhecimentos culturalmente acumulados no decorrer dos tempos, por isso, faz necessária a constante avaliação dos resultados do seu trabalho pela instituição e pelo próprio profissional, para que dessa forma, nenhum aluno fique para trás. É nesse momento que é necessário acontecer a intervenção do psicopedagogo, ajudando a identificar as dificuldades individuais e criando alternativas viáveis a fim de minimizar as dificuldades ou até mesmo erradicá-las (WEISS, 2012).

Nessa perspectiva, o psicopedagogo tenta além de compreender quais fatores que influenciam na não aprendizagem, como também buscar formas de favorecer esse processo. Tendo em vista isso, o diagnóstico psicopedagógico é de extrema importância, principalmente tendo em vista que é ele que identifica quais fatores que influenciam positiva ou negativamente no processo ensino-aprendizagem.

Costa (2009) cita Vygotsky a respeito da construção do conceito do sociointeracionismo. Ele defende em sua obra que os indivíduos são resultados da sua interação com o meio onde vivem. Pensando dessa forma, com a intenção de potencializar o desenvolvimento do aluno, faz-se necessário que ele interaja com seus pares.

Também é de Vygotsky o conceito da zona de desenvolvimento proximal, que prega que é nesse contexto que a criança constrói seu conhecimento com base naquilo que ela já sabe fazer sozinha e com no que ela é capaz de construir com o auxílio do outro. Assim, se justifica a necessidade de relacionar-se para acontecer à aprendizagem.

## 2.2 Preocupações da psicopedagogia

A psicopedagogia tem uma preocupação muito pertinente que é com o ser que aprende, o ser cognoscente e tem um objetivo geral bastante peculiar que é possibilitar o

desenvolvimento das capacidades, habilidades, potencialidades de cada pessoa, favorecendo seu processo ensino-aprendizagem para assim construir conhecimento.

Visualizando o sujeito como um todo, o psicopedagogo possui a tarefa de evitar o fracasso escolar ou melhorar a situação que já se encontra dificultosa, tendo como objetivo fundamental favorecer o processo ensino-aprendizagem.

O indivíduo sendo visto pela ótica da psicopedagogia é um ser cognitivo, afetivo e social e esse profissional se compromete com a construção da autonomia desse ser, através da relação com o meio e com os outros.

De acordo com Carvalho (1999), as dificuldades de aprendizagens são tomadas como “fraturas” no processo de construção do conhecimento, em que três dimensões estão vinculadas e presentes o tempo todo. Tais dimensões são: o corpo, a inteligência e o desejo.

O mesmo autor citado acima trata o desejo com base na teoria psicanalítica, já para o tratamento da inteligência recorre-se a teoria Piagetiana. Dessa forma, sugere em suas obras, que o trabalho a ser desenvolvido na escola deve ser institucional e multidisciplinar principalmente quando diz respeito às dificuldades de aprendizagem ou as necessidades especiais a fim de traçar estratégias de trabalho para a prevenção, diagnóstico e por fim intervenção psicopedagógica.

O psicopedagogo diante do sujeito com necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem, deve partir da compreensão do processo educacional como possibilidade de desenvolvimento das dimensões do sujeito como a razão, as sensações, os sentimentos e a intuição (COSTA, 2009).

Sendo assim, a intervenção psicopedagógica está direcionada ao um conjunto de procedimentos que vai desde o conhecimento da modalidade de aprendizagem do indivíduo, sua trajetória histórica, suas peculiaridades ao integralizar os conteúdos que estão programados, ou de outra forma de falar, ao “seu jeito” de aprender determinado assunto.

Uma coisa que o psicopedagogo não pode perder de vista é que a aprendizagem se dá no movimento de construção e reconstrução do indivíduo, do outro com quem ele se relaciona e com o meio que o envolve.

Portanto, a maior preocupação do psicopedagogo é a de entender o significado da dificuldade de aprendizagem dos alunos para dessa forma, dar conta de aplicar as técnicas necessárias e oportunas para cada indivíduo, ajudando-o a se tornar cada vez mais autônomo

em sua aprendizagem, a fim de se construir cidadão, com capacidade de viver em sociedade de forma digna sabia, feliz e promotor de felicidade.

## 2. MATERIAL E MÉTODO

O presente trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica ampla com diversos autores sobre o tema inclusão escolar e o papel do psicopedagogo e está voltado para a área da docência conjugada com a psicopedagogia.

Para Gil (2010), este tipo de pesquisa de suma relevância para a compreensão, o desenvolvimento e a construção do conhecimento ao longo do tempo, desta forma a mesma identifica autores e obras que possam intensificar a consolidação da temática abordada.

A organização do artigo se dará em tópicos de estudo para facilitar a exposição do tema e uma leitura mais dinâmica dos interessados nesse estudo acadêmico.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das novas Diretrizes da Educação Especial (2001) a escola de educação básica e regular, bem como as de educação especial, encontram-se envolvidas com as exigências da legislação, tendo em vista que a sua importância e proporção cresceram e o não cumprimento de tais exigências seriam vistas como infrações de direitos das pessoas com necessidades especiais, tendo em vista que até aquele momento, elas eram segregadas e entregues à escolas e institutos especializados (SISTO, 2014).

Na atual conjuntura, o indivíduo que possui necessidades especiais, está amplamente resguardado pela lei DNEE (2001) no sentido de receber educação integral, em escolas regulares da educação básica, bem como, ter a sua necessidade especial educativa levada a sério e recebendo atenção diferenciada por conta dela.

Dessa forma, hoje, o indivíduo com necessidades especiais é entendido como sujeito que sente, pensa e cria, portanto, não pode ser privado de experiências reais, que venham a lhe proporcionar o desenvolvimento necessário da sua autonomia e do seu conhecimento.

Nesse interim, entra em cena a prática da inclusão social baseada no respeito, valorização e aceitação de todas as diferenças individuais, percebendo cada sujeito como

único dentro de uma diversidade sócio-cultural e que sua aprendizagem se dá em grande parte pela socialização, participação em grupos e incentivo externo.

A principal proposta das atuais políticas públicas para a educação no Brasil é a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Pautada por essas políticas, o Estado de Minas Gerais implementou o Projeto Incluir, sendo considerado sua principal política pública com vistas para a inclusão (DNEE, 2001).

Importante se faz nesse momento dizer que, para que os projetos de inclusão sejam realmente colocados em prática e vivenciados, a família precisa se envolver, bem como todo o corpo da escola, seja o professor, o diretor, monitores, serviços gerais, pedagogo e psicopedagogo, pois o objetivo principal da inclusão é proporcionar atendimento digno às pessoas que possuem necessidades educativas especiais.

Para tanto, os profissionais da educação precisam promover condições que favoreçam e proporcionem a inclusão desses alunos tidos especiais, dando a eles educação de qualidade (MEC, 2008, p. 08).

De acordo com Freire (1996), a escola que é realmente inclusiva é aquela que oferece e é capaz de garantir a qualidade ao ensino para seus alunos, independente das suas potencialidades ou necessidades, sendo capaz de reconhecer e respeitar a diversidade de cada indivíduo.

Mudar é algo difícil e não acontece de repente. Precisa-se de tempo, investimento e vontade para que mudanças aconteçam. Nessa vertente, o psicopedagogo tem um papel muito importante, o de favorecer que práticas de inclusão aconteçam de forma tranquila e segura por parte do corpo docente.

Já para que a escola se torne inclusive, é necessário que ela adote novos conceitos, alternativas plausíveis de práticas pedagógicas e educacionais que buscam o desenvolvimento da inclusão para todos e que seja um processo de qualidade. Sendo assim, o ensino para ser de qualidade, precisa ser assumido por todos da equipe que compõe o sistema educacional.

No artigo 206 da Constituição Federal de 1988, defende-se a gestão democrática do ensino público. Tal preocupação foi reiterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), em seu artigo 3º, que cita a gestão democrática da educação pública e ainda assinala as variações dos sistemas de ensino em federal, estadual e municipal (BRASIL, 2001).

Dessa forma, a escola passa a ser protagonista dos seus processos formadores de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade e, por conseguinte, a inclusão está presente nesse processo.

A mudança se faz por desafios e por isso devem ser assumidos por todos os atores nela envolvidos e situações isoladas de inclusão não são o suficiente para se dizer “escola inclusiva” por isso, todos devem estar empenhados nessa construção.

De acordo com Mantoan (2009, p. 56) “inclusão é a capacidade de reconhecer-se no outro, adquirindo o privilégio de conviver com pessoas diferentes de nós.” Dessa forma a educação inclusiva faz o acolhimento de todos os indivíduos, sem colocar exceções.

Nessa perspectiva, as práticas que serão propostas pelo psicopedagogo, não devem implicar em um ensino para alguns alunos, mas sim um ensino para todos, que possibilite aos alunos aprendizagens significativas, qualitativas e sem discriminações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço privilegiado de circulação de conhecimento, aprendizagens, diferenças e protagonismo.

O aluno é o ser em questão que precisa ser respeitado em sua diversidade e necessidade. Nesse caso, os portadores de necessidades especiais devem ser levados à sério em suas especificidades, para que se construa um plano de ensino para eles que leve em consideração suas diferenças, mas deve-se olhar para o indivíduo e não para sua diferença.

Dessa forma, a educação inclusiva, tal como preconizada pelas Diretrizes Nacionais da Educação Especial (2001), visa promover oportunidades adequadas ao desenvolvimento de diferentes habilidades desses alunos, assim, o professor precisa se comprometer com tal processo para que esse aluno especial tenha assegurado suas aprendizagens.

Fundamentada no reconhecimento das diferenças humanas, a escola inclusiva, centra seu trabalho nas potencialidades dos alunos e não em suas dificuldades e muito menos nos rituais pedagógicos pré-estabelecidos, que somente corroboram as desigualdades sociais e negam a diversidade.

Portanto, o psicopedagogo tem uma responsabilidade impar nesse processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais, que é a de indicar propostas pedagógicas

interessantes que possam viabilizar o processo ensino-aprendizagem de todos os alunos, os com necessidades educativas especiais e os típicos, pois todos eles estão na escola e todos trazem em si aprendizagens anteriores tanto nos aspectos cognitivos, culturais e sócio afetivas.

Encerrando, fica clara importância do psicopedagogo na escola e no processo de inclusão escolar, pois ele pode e deve orientar o corpo escolar nessa caminhada de inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federal 1988.-texto **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1998. São Paulo: Saraiva, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9.394 **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 20 de dezembro de 1996- a Educação Especial, 28,29 – 30p.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial**. MEC. 2001.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

COSTA, V. de F. da. **Inclusão, sem risco de excluir**. Olinda, PE: Babecco, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Seu ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro, WVA, 2009.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de textos para a formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006.

SISTO, Fermino Fernandes; BOSSA, Nádia A. **Dificuldades de aprendizagem e a atuação psicopedagógica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

WEISS, Maria Luiza S. **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.